

Brasil 14^a Rodada

Licitações de Petróleo e Gás

SEMINÁRIO JURÍDICO-FISCAL

***As Participações Governamentais
e de Terceiros no
Contrato de Concessão***



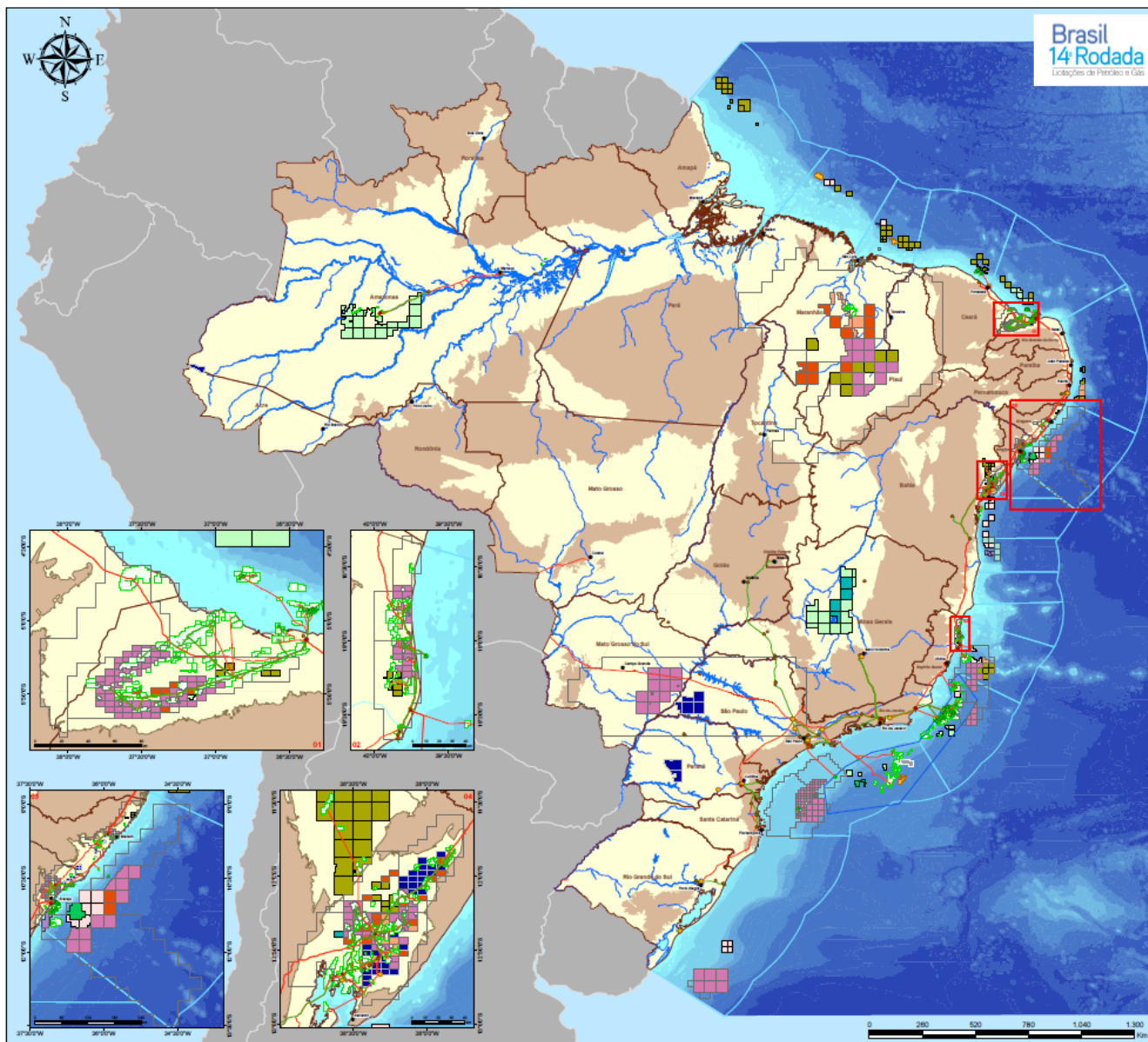
Bruno Henrique Arena da Silva (SPG)

➤ Dados Gerais da R14:

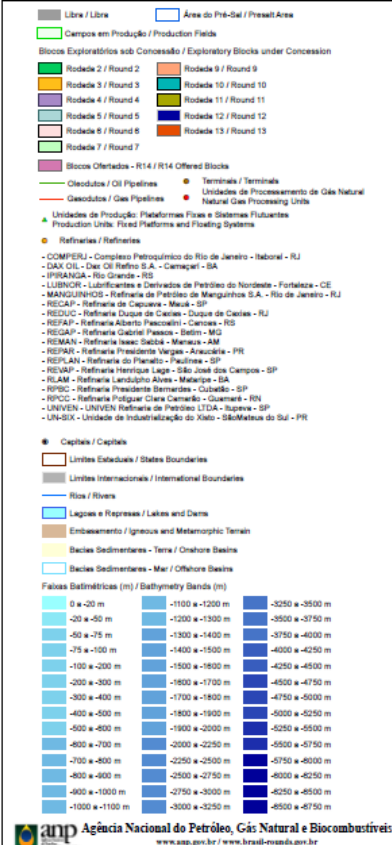
- ✓ Lei 9.478/97 (art. 2º, VIII): CNPE define os blocos objeto de concessão ou partilha de produção

➔ Resolução CNPE nº 06, de 20.04.17:

- **287** blocos exploratórios (122.615,72 km²), sendo:
 - 177 em terra e
 - 110 em mar.
- **9** bacias sedimentares, sendo:
 - 4 terrestres: Paraná, Parnaíba, Potiguar, Recôncavo e
 - 5 marítimas: Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Campos, Pelotas, Santos.



Brasil
14ª Rodada
Licitações de Petróleo e Gás



BLOCOS E SETORES OFERTADOS NA 14ª RODADA DE LICITAÇÕES OFFERED BLOCKS AND SECTORS - BRASIL ROUND 14

Superintendência de Definição de Blocos - SDB
Superintendência de Promoção da Licitação - SPL
Superintendência de Dados Técnicos - SDT

Av. Rio Branco, 55 - 18º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20090-004
Tel.: (55 21) 2124-5563 / 2124-5533 / 2124-5533
Fax: (55 21) 2124-5539 / 2124-5539

MAPA SEM PROJEÇÃO
COORDENADAS GEOGRÁFICAS
DATUM: SIRGAS2000

MAP WITHOUT PROJECTION
GEOGRAPHIC COORDINATES
DATUM: SIRGAS2000

Informações Plasmáticas - BGE
Bioss, Campos, Bacias Sedimentares,
Dados e Infra-estrutura - ANP

Plasmatic Information - BGE
Bioss, Fields, Sedimentary Basins,
Pipelines and Facilities - ANP

Compilação e Edição:
Superintendência de Dados Técnicos - SDT

Atualização: 19/04/2017



Base legal

Bônus de Assinatura

Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área (“Aluguel de Área”)

Royalties

Participação Especial (PE)

Pagamento aos Proprietários da Terra

Considerações Finais

Base legal

Bônus de Assinatura

Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área (“Aluguel de Área”)

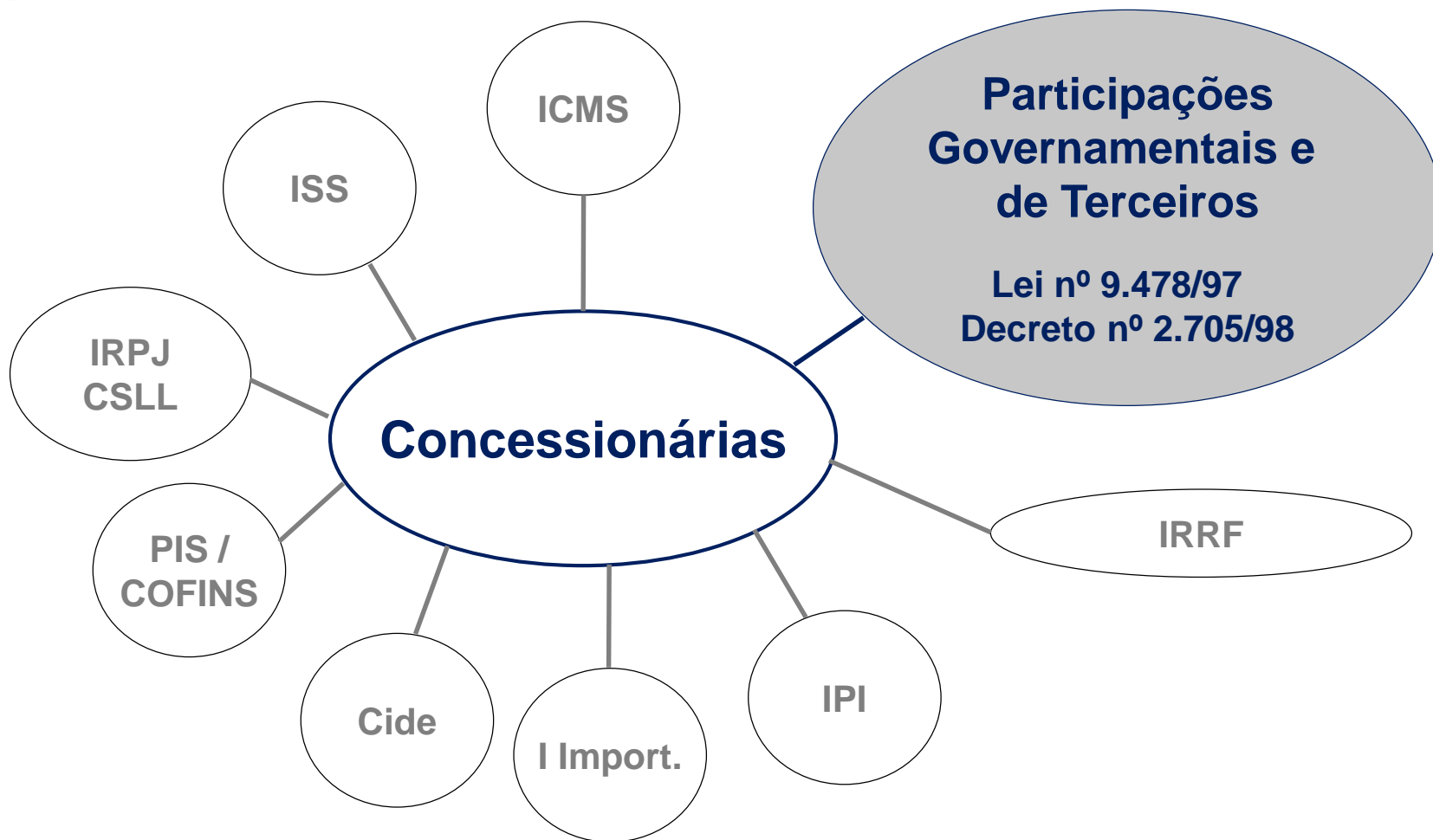
Royalties

Participação Especial (PE)

Pagamento aos Proprietários da Terra

Considerações Finais

Regime Fiscal – Concessão:



- 1) **Lei nº 9.478/1997:** artigos 45 a 52;
- 2) **Decreto nº 2.705/1998:** “Decreto das Participações Governamentais (PGs)”;
- 3) **Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 01/2013:** Reg. técnico (RT) da medição de petróleo e gás natural;
- 4) **Portaria ANP nº 206/2000:** Preço mínimo do petróleo;
- 5) **Resolução ANP nº 40/2009:** Preço de ref. do gás natural (“PRGN”), para os casos legais de exceção
- 6) **Portaria ANP nº 249/2000:** RT de queimas e perdas de gás natural (volumes de isenção para PGs)

- 7) Portaria ANP nº 58/2001:** Demonstrativo de Apuração da PE (DAPE).
- 8) Resolução ANP nº 12/2014:** Apuração da PE (deduções).
- 9) Portaria ANP nº 143/1998:** Apuração e pagamento aos proprietários da terra.
- 10) Portaria ANP nº 29/2001 (art 3º):** Movimentação nas instalações de embarque e desembarque.
- 11) Resolução ANP nº 35/2010:** Iguala os volumes de petróleo e gás natural para incidência de PE e Royalties.

- **Lei nº 9.478/97 - artigos 45 a 52.**
- **Cláusula 23ª do Contrato de Concessão**
 - I. Bônus de Assinatura: art. 46
 - II. Royalties: art. 47
 - III. Participação Especial: art. 50
 - IV. Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Áreas: art. 51
 - V. Pagamento de Participação aos Proprietários de Terra: art. 52

Base legal

Bônus de Assinatura

Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área (“Aluguel de Área”)

Royalties

Participação Especial (PE)

Pagamento aos Proprietários da Terra

Considerações Finais

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 46:**

- i. Definição: valor monetário ofertado no leilão na proposta de cada empresa.
- ii. Seu valor mínimo consta da tabela 22 do anexo XIII do edital de licitação, para cada bloco ofertado.
- iii. É critério para apuração das ofertas:

$$\text{NOTA } 1 = 80 \times \left(\frac{\text{Bônus de Assinatura ofertado (R\$)}}{\text{Maior Bônus de Assinatura ofertado (R\$)}} \right)$$

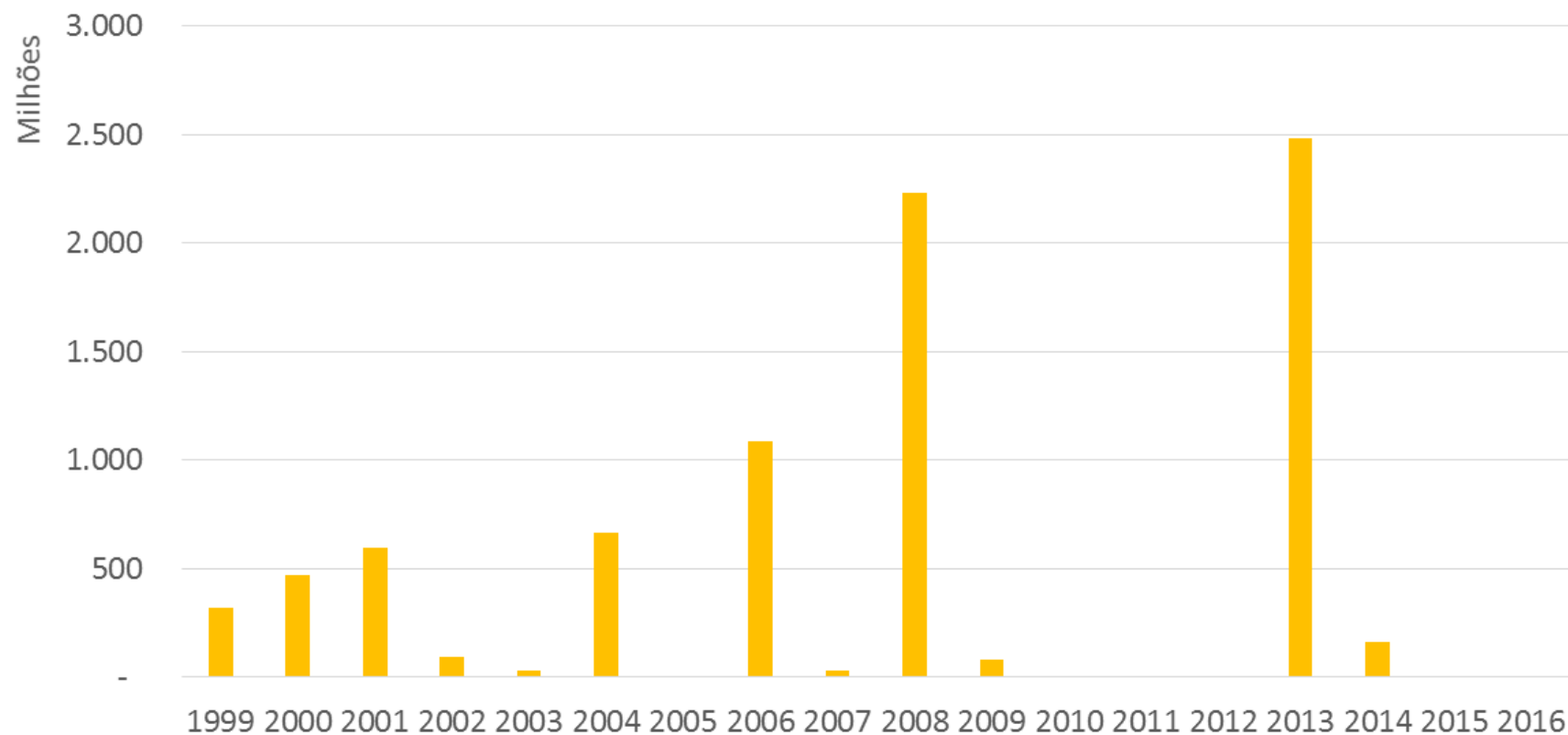
- iv. Deve ser **pago no ato da assinatura do contrato de concessão.**

➤ **Edital de Licitação, Anexo XIII (Tabela 22):**

Valores mínimos para os **287** blocos em leilão:

- Menor valor = **R\$ 30.799,02** (Bloco POT-T-427).
- Maior valor = **R\$ 31.467.888,63** (Bloco SEAL-M-501).
- Total (287 blocos) = **R\$ 1.694.269.093,12.**

BÔNUS DE ASSINATURA



Base legal

Bônus de Assinatura

Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área (“Aluguel de Área”)

Royalties

Participação Especial (PE)

Pagamento aos Proprietários da Terra

Considerações Finais

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 51:**

- i. Valores em reais por km² de área retida.
- ii. Pagos mesmo no caso de suspensão das atividades contratuais.
- iii. Fixados para a Fase de Exploração no edital de licitação (tabela 2, pg.12), por setor/bacia sedimentar
- iv. Varia conforme a fase/etapa do contrato, observando os limites previstos no Decreto 2.705/98*:
 - a. **Acréscimo de 100%:** em caso de prorrogação da Fase de Exploração e para Etapa de Desenvolvimento.
 - b. **Acréscimo de 900%:** para a Fase de Produção.

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 51:**

- iv. Os valores são reajustados pelo IGP-DI, a cada aniversário do contrato.
- v. São **pagos anualmente, até o dia 15 de janeiro do ano seguinte ao de competência.**

*** Decreto nº 2.705/98 (limites para fixação do aluguel de área):**

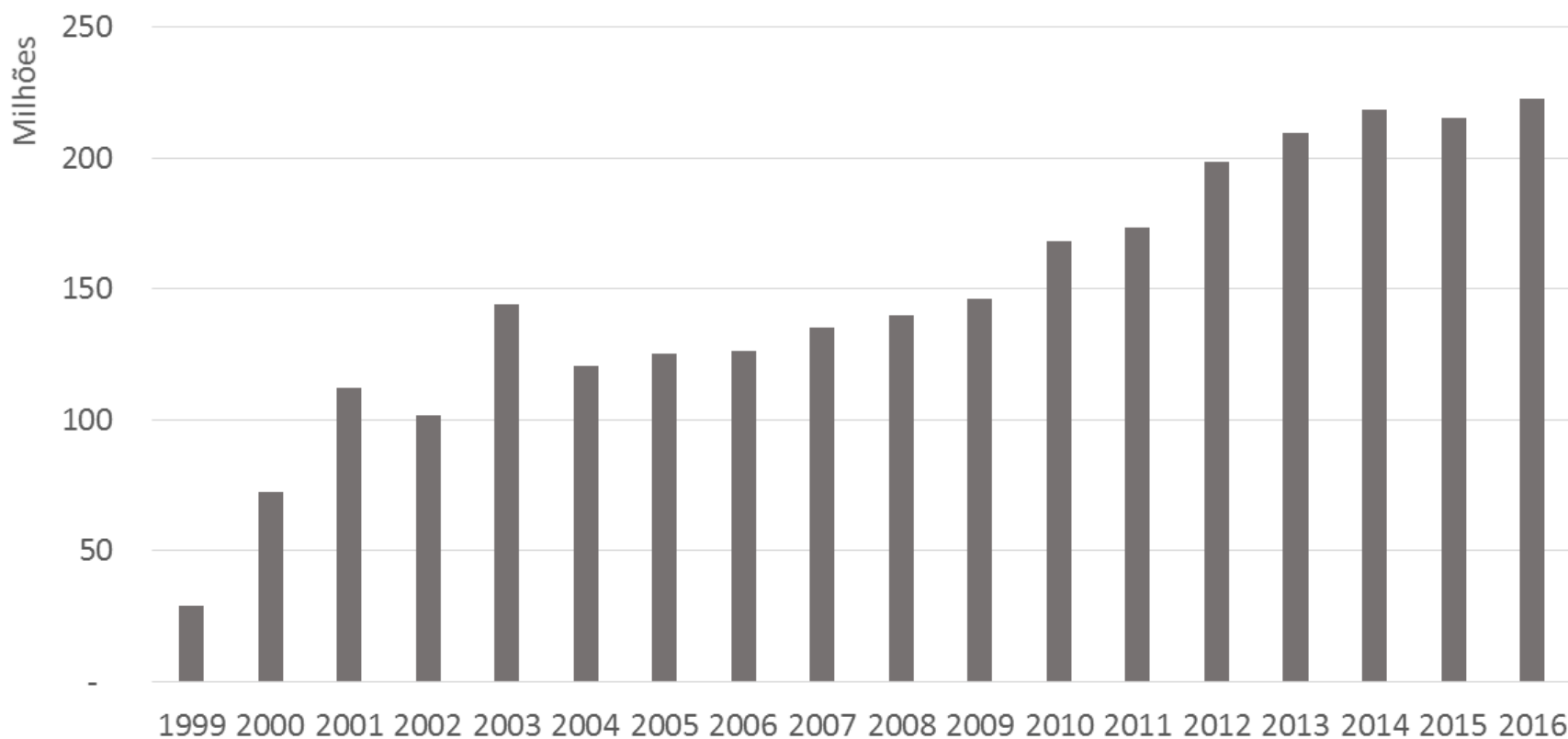
- 1) Fase de Exploração: de 10,00 a 500,00 R\$/km²**
- 2) Prorrogação da Fase de Exp.: 200% do valor fixado na Fase de Exp.**
- 3) Período de Des. da Fase de Prod.: de 20,00 a 1.000,00 R\$/km²**
- 4) Fase de Produção: de 100,00 a 5.000,00 R\$/km²**

➤ **Edital de Licitação, Tabela 2, pg.12:**

Valores para as **9** bacias sedimentares e os **29** setores em leilão.

- i. Menor valor = **44,87 R\$/km²/ano** (Bacias Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas).
- ii. Maior valor = **1.682,53 R\$/km²/ano** (Bacia Espírito Santo e Sergipe-Alagoas).

TAXA DE OCUPAÇÃO OU RETENÇÃO DE ÁREA



Base legal

Bônus de Assinatura

Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área (“Aluguel de Área”)

Royalties

Participação Especial (PE)

Pagamento aos Proprietários da Terra

Considerações Finais

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 47:**

- i. Devidos a partir da produção de qualquer volume de petróleo ou gás natural (exceto volumes isentos e autorizados pela ANP).
- ii. **Pagamentos mensais, até o último dia útil do mês seguinte ao mês de produção.**
- iii. Incide sobre o valor da produção (i.e. receita bruta).
- iv. Há incidência nos testes antes da declaração de comercialidade.
- v. **Documentação protocolada na ANP até o 5º dia útil subsequente ao pagamento.** (Dec. 2.705/98, art.18)

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 47 - Alíquota:**

vi. Regra 10% com possibilidade de redução, a critério da ANP, estabelecida em edital.

vii. Redução de alíquota visou à/ao:

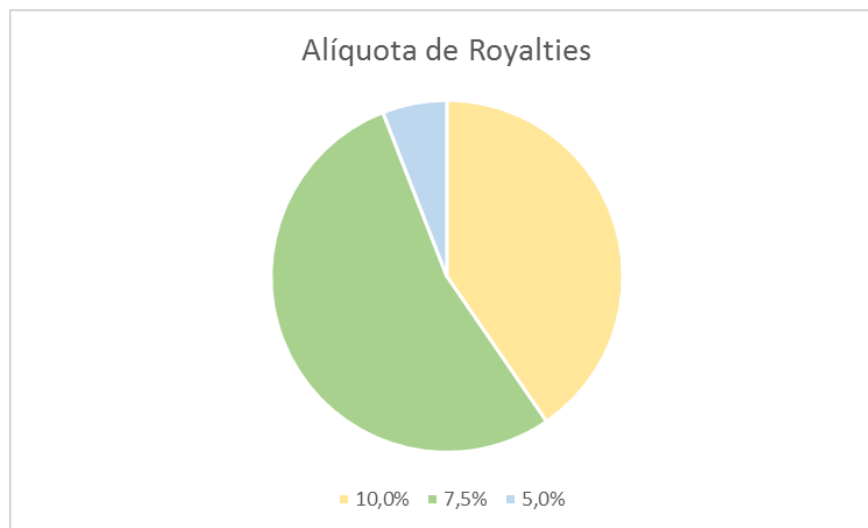
- a) Aumento dos investimentos na produção de energia.
- b) Aumento da competitividade do Brasil.
- c) Ampliação do conhecimento das bacias sedimentares.
- d) Ampliação da vida útil das concessões (royalty é regressivo).

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 47 - Alíquota:**

viii. Critérios para redução:

- a) Riscos geológicos – Chance de Sucesso $< 2\%$
- b) Expectativa de produção (*onshore*) – Fração Recuperada $> 60\%$
- c) Infraestrutura – Campos descobertos ≤ 5

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 47 - Alíquota:**



Blocos	Alíquota
116	10,0%
154	7,5%
17	5,0%

- a) **5% áreas marítimas: Bacia de Pelotas;**
- b) **10% áreas marítimas: Bacias de Campos, Espírito Santo, Santos e Sergipe-Alagoas;**
- c) **5% áreas terrestres: Bacia do Paraná;**
- d) **7,5% áreas terrestres: Bacias do Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas;**
- e) **10% áreas terrestres: Bacia do Parnaíba.**

➤ **Contrato – Cláusula 23.2**

Alíquota Dinâmica

- i. Redução de royalties para 5% sobre a produção incremental gerada por eventual novo plano de investimentos a ser executado no campo.
- ii. Novidade da minuta de contrato desta Rodada 14.
- iii. Visa ao aumento do fator de recuperação do campo.

APURAÇÃO

$$\begin{aligned} &\textbf{Royalties por Campo (R\$)} \\ &= \\ &\text{Alíquota do Contrato (de 5 a 10\%)} \\ &\times \\ &\text{Receita Bruta da Produção do Campo (R\$)} \end{aligned}$$

Sendo que:

$$\begin{aligned} &\textbf{Receita Bruta da Produção do Campo (R\$)} \\ &= \\ &\text{Volume de Petróleo Total do Campo (m}^3\text{)} \times \text{Preço de Referência do Pet. do Campo* (R\$/m}^3\text{)} \\ &+ \\ &\text{Volume de Gás Natural do Campo para Royalties** (m}^3\text{)} \times \text{Preço de Ref. do GN do Campo*** (R\$/m}^3\text{)} \end{aligned}$$

OBSERVAÇÕES:

* O maior preço entre o preço mínimo (PANP 206/2000) e o preço de venda do campo.

** Os volumes reinjetados e queimados (aprovados pela ANP) por razões de segurança podem ser deduzidos do total.

*** Preço de venda e, na sua ausência, o PRGN (RANP 40/2009).

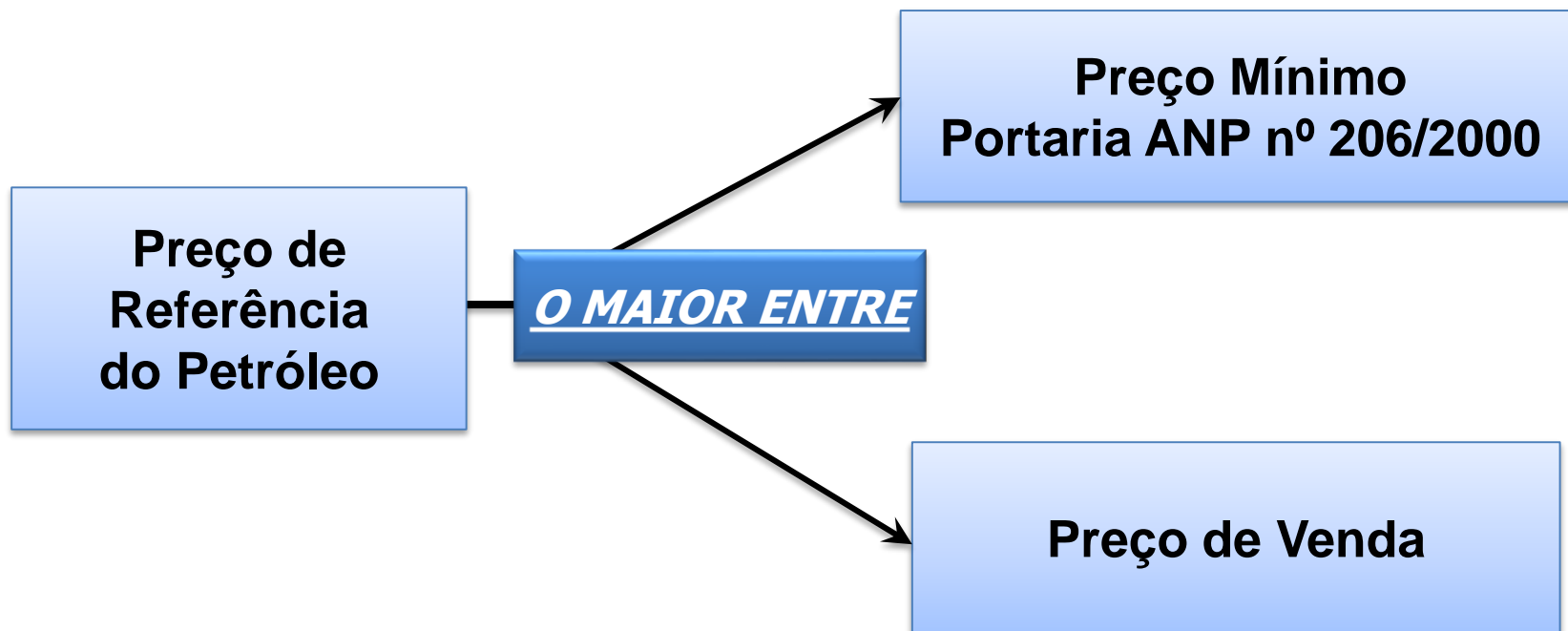
➤ **Volumes de Incidência – Decreto nº 2.705/98, arts. 3º, 4º, 5º e 6º:**

- i. O volume total de petróleo e gás natural produzido em cada campo.
- ii. Os volumes são medidos nos pontos de medição fiscal definidos no Plano de Desenvolvimento do campo.
- iii. Inclui o gás consumido nas operações do campo.
- iv. Mesmos volumes utilizados na apuração dos Royalties e da Participação Especial RANP 35/2010.

➤ **Volumes excluídos da incidência, desde que aprovados pela ANP (art. 3º, XI):**

- i. gás utilizado para elevação artificial (*gas lift*);
- ii. gás reinjetado no mesmo campo e
- iii. gás queimado por:
 - a. razões de segurança ou
 - b. comprovada necessidade operacional.

➤ Preço de Referência para o Petróleo – Decreto nº 2.705/98, art. 7º: (até 31.12.2017)



➤ Preço de Referência para o Petróleo – Decreto nº 2.705/98 até 31.12.2000

Preço de
Referência
do Petróleo

Preço Mínimo
ANP nº 206/2000

Preço de Venda

➤ **Preço de Referência para o Petróleo – Decreto nº 2.705/98, art. 7ºA (Redação do Decreto 9.042/2017):**

**Preço de
Referência
do Petróleo**



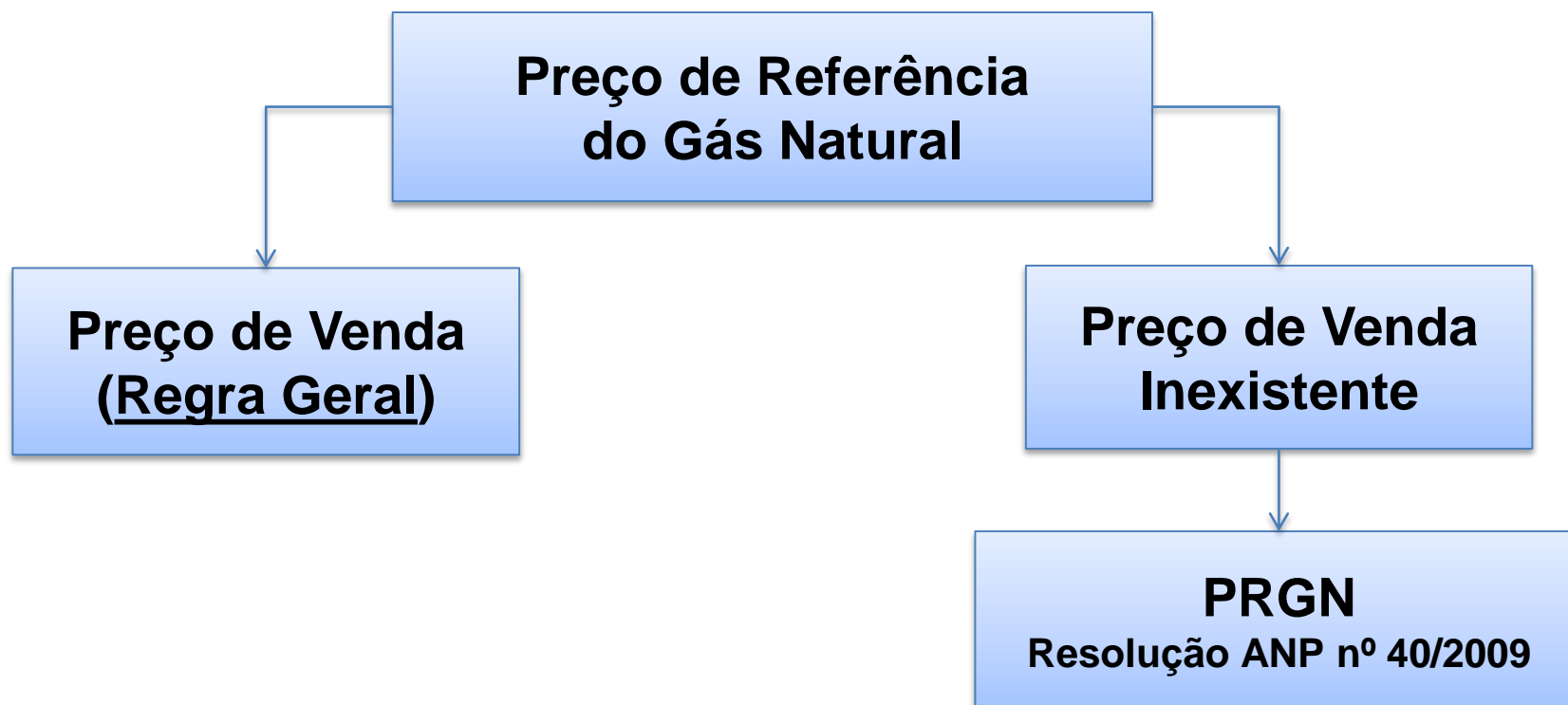
Preço calculado a partir da nova Resolução oriunda da Revisão da Portaria ANP nº 206/2000, que se encontra em consulta pública. A Consulta/Audiência Pública nº 016/2017 será em 18.08.2017. O novo preço de referência se dará conforme o Decreto 9.042/2017 e Resolução CNPE nº 05/2017.

➤ Publicação Mensal dos Preços Mínimos:

PREÇOS MÍNIMOS DO PETRÓLEO – JUNHO DE 2017

Nº	Número do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Corrente/Metodologia de Cálculo	Preço Mínimo (R\$/m³)
1	48000.003552/97-11	Abalone	Ostra	764,6975
2	48610.009231/2002	Acajá-Burizinho	Lagoa do Paulo Norte	877,1446
3	48610.003901/2000	Acauã	RGN Mistura	794,4391
4	48610.003901/2000	Acauã Leste	RGN Mistura	794,4391
5	48000.003629/97-43	Água Grande	Baiano Mistura	910,5605
6	48000.003842/97-09	Aguilhada	Sergipano Terra	802,8050
7	48000.003779/97-66	Agulha	RGN Mistura	794,4391
8	48000.003703/97-02	Albacora	Albacora	819,0373
9	48000.003895/97-67	Albacora Leste	Albacora Leste	777,2887
10	48610.007985/2004	Albatroz	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.043,9959
11	48000.003784/97-04	Alto do Rodrigues	RGN Mistura	794,4391
12	48610.003892/2000	Anambé	Alagoano	944,6332
13	48610.007994/2004	Andorinha	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.018,4859
14	48610.008002/2004	Andorinha Sul	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.018,4859

➤ Preço de Referência para o Gás Natural – Decreto nº 2.705/98, art. 8º:



➤ **Preço de Venda do Gás Natural:**

- i. Média ponderada dos preços de venda durante o mês.
- ii. Preço livre de tributos incidentes sobre a venda (ICMS, PIS, COFINS).
- iii. Permite dedução das tarifas de “transporte” (para o gás natural).
- iv. Preços em moeda estrangeira são convertidos pela taxa média de câmbio vigente no mês da venda.

➤ **PRGN – Resolução ANP 40/2009:**

- i. Quando não houver venda, ou as notas fiscais de venda não forem apresentadas à ANP, é aplicado o PRGN.
- ii. A metodologia leva em conta toda a riqueza do gás, sendo necessário para isso o envio para a ANP da cromatografia do gás natural.
- iii. Caso a concessionária não envie a cromatografia, o PRGN utilizado para o campo será o maior do Brasil.
- iv. **Está na Agenda Regulatório 2017-18 a revisão da portaria do preço do gás.**

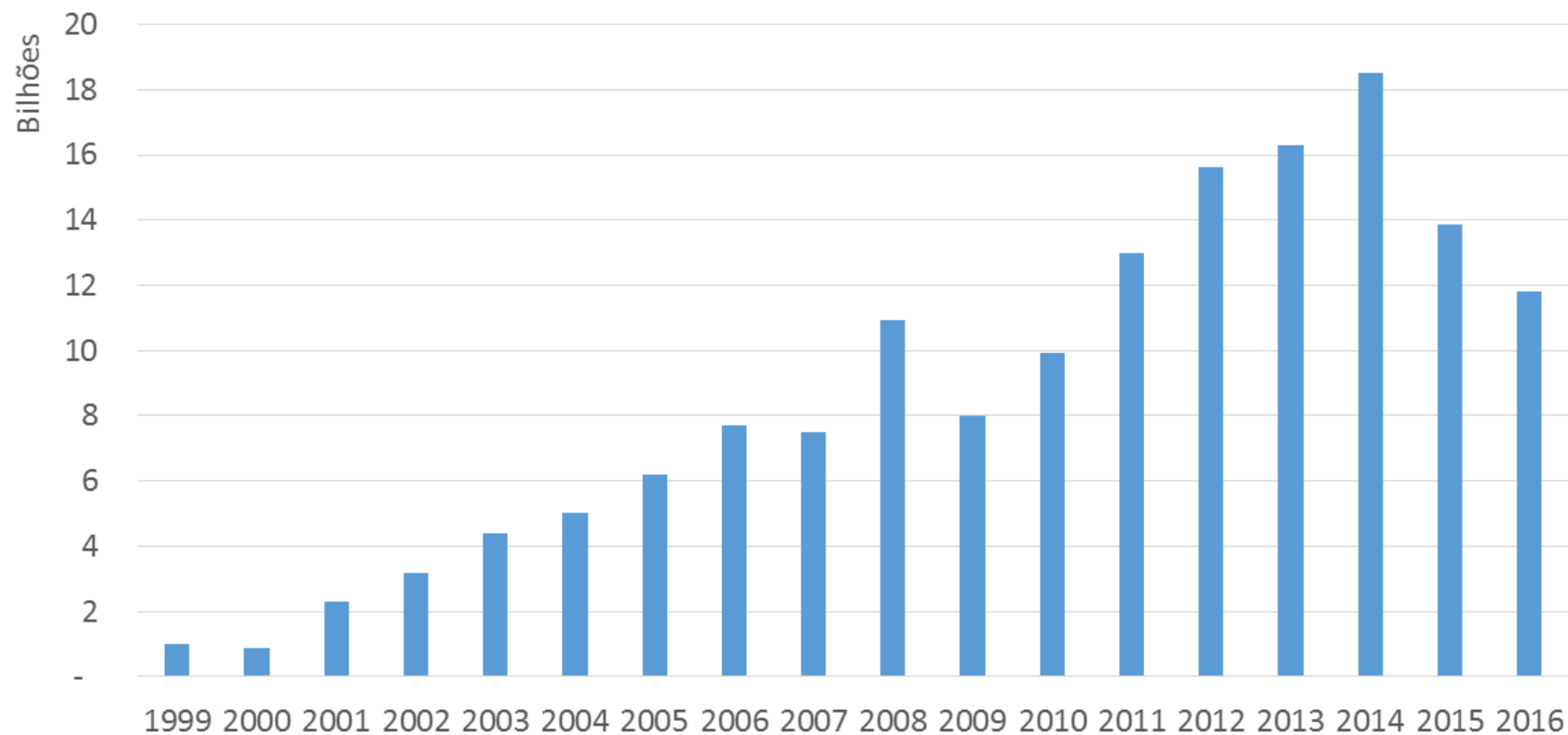
➤ Publicação Mensal dos Preços Mínimos:



PRGN – JUNHO DE 2017

Nº	N.º do Contrato	Nome do Campo	PRGN R\$/m³
1	48000.003552/97-11	Abalone	0,55759
2	48610.009231/2002	Acajá-Burizinho	0,38635
3	48610.003901/2000	Acauã	1,39066
4	48610.003901/2000	Acauã Leste	1,39066
5	48000.003629/97-43	Água Grande	0,41356
6	48000.003842/97-09	Aguilhada	0,53505
7	48000.003779/97-66	Agulha	0,49511
8	48000.003703/97-02	Albacora	0,63215

ROYALTIES



Base legal

Bônus de Assinatura

Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área (“Aluguel de Área”)

Royalties

Participação Especial (PE)

Pagamento aos Proprietários da Terra

Considerações Finais

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 50:**

- i. Compensação financeira extraordinária devida somente em casos de grande volume de produção (ver tabelas do art. 22 do Decreto 2.705/98).
- ii. A sua alíquota incide sobre a receita líquida da produção do campo (base de cálculo).
- iii. Ou seja, a sua apuração permite algumas deduções da receita bruta de produção (RANP nº 12/2014).

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 50:**

- iv. Base de apuração trimestral.
- v. Início de contagem de tempo: TLD
- vi. A PE é devida quando:
 - a) O volume de isenção for atingido e
 - b) A receita líquida for positiva.
- viii. **Pagamentos trimestrais, até o último dia útil do mês seguinte ao trimestre de produção.**
- ix. **Protocolo do comprovante até o 5º dia útil subsequente ao pagamento.** (Dec. 2.705/98, art. 25)

APURAÇÃO

Receita Bruta (igual a dos Royalties)

—
Gastos Dedutíveis

Receita Líquida (Base de Cálculo)

x

Alíquota Efetiva

Participação Especial a Recolher

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 50 - Alíquota:**

- v. As alíquotas nominais variam entre 0 e 40%, conforme tabelas do Decreto nº 2.705/98, art. 22, cujos critérios de enquadramento são:
- a) Ano de produção
 - b) Localização do campo (três regimes previstos)
 - Lavra em terra
 - Lavra na plataforma continental < 400 metros de profundidade
 - Lavra na plataforma continental > 400 metros de profundidade
 - c) Volume de produção trimestral

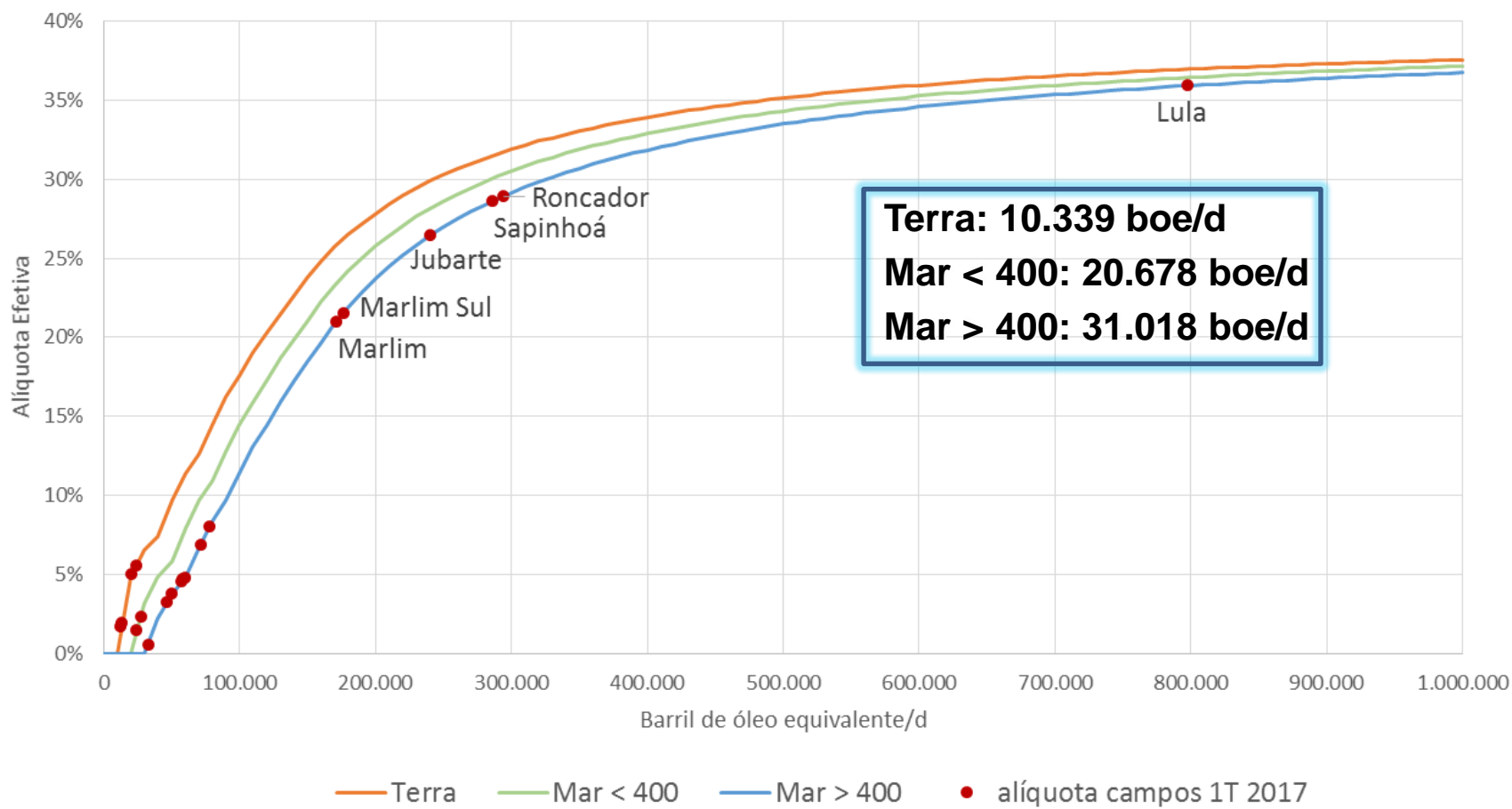
➤ **Receita Líquida e Deduções:**

- i. A Receita Bruta Produção (RBP) de um campo é determinada com base nos mesmos volumes e preços utilizados para os Royalties.
- ii. Os detalhes sobre as deduções permitidas da RBP estão na Resolução ANP nº 12/2014.

➤ **Deduções possíveis:**

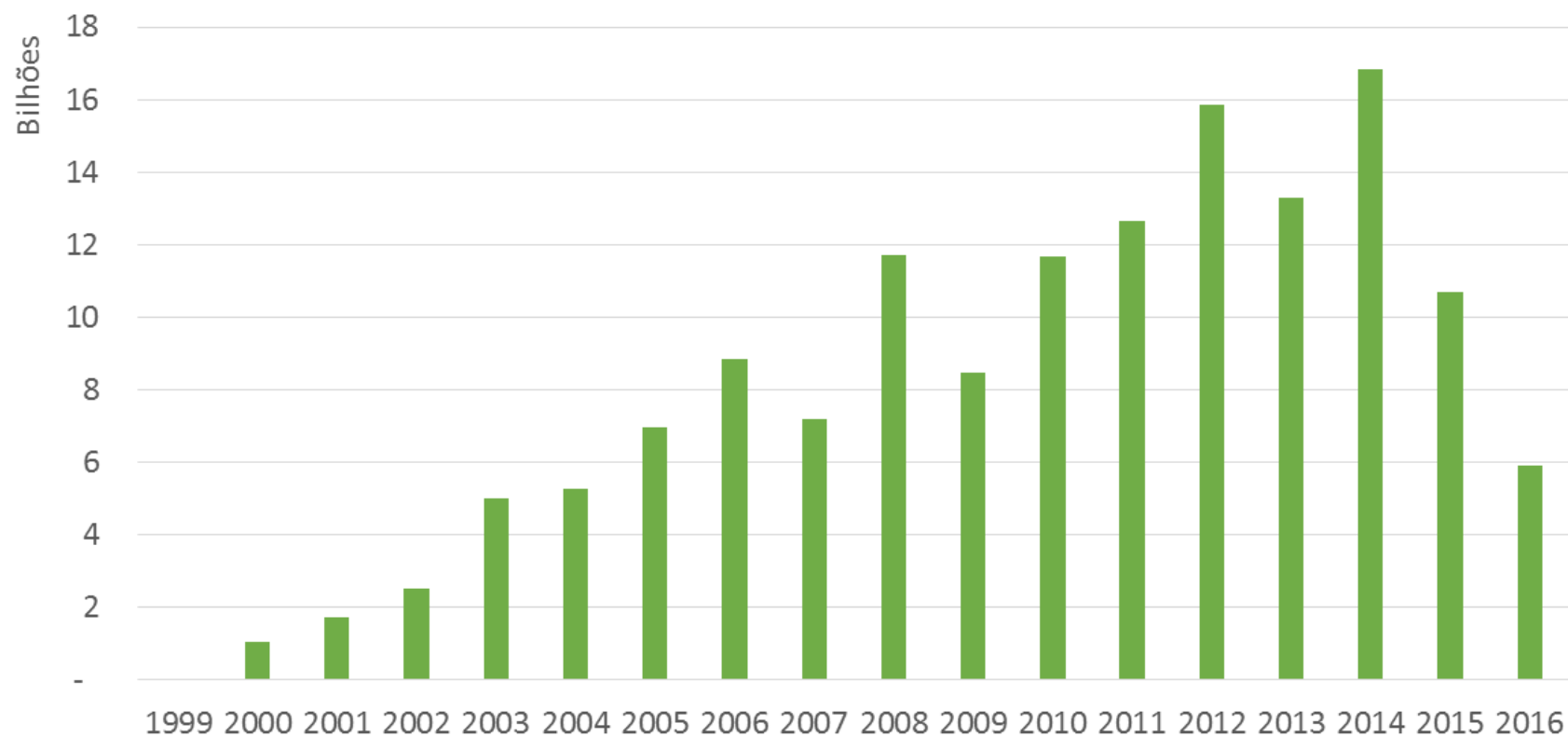
- i. Certas obrigações incidentes nas atividades de E&P:
 - Royalties;
 - Pagamento aos Proprietários de Terra;
 - 1% da Receita Bruta a ser investido em P&D;
 - Poços de desenvolvimento, instalações e equipamentos ativados e depreciados conforme as regras do IR;
 - Custos Operacionais do campo, se comum a mais de um campo, devem ser rateados (Apoio Operacional e Gastos Administrativos);
 - Provisão de abandono (ao longo da vida útil do campo);
 - Investimento exploratório.
 - Receita líquida negativa acumulada.

Alíquota efetiva (a partir do 4º ano): Participação especial



OBS: dos 322 campos que pagaram royalties em 2016, apenas 18 pagaram PE.

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL



Base legal

Bônus de Assinatura

Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área (“Aluguel de Área”)

Royalties

Participação Especial (PE)

Pagamento aos Proprietários da Terra

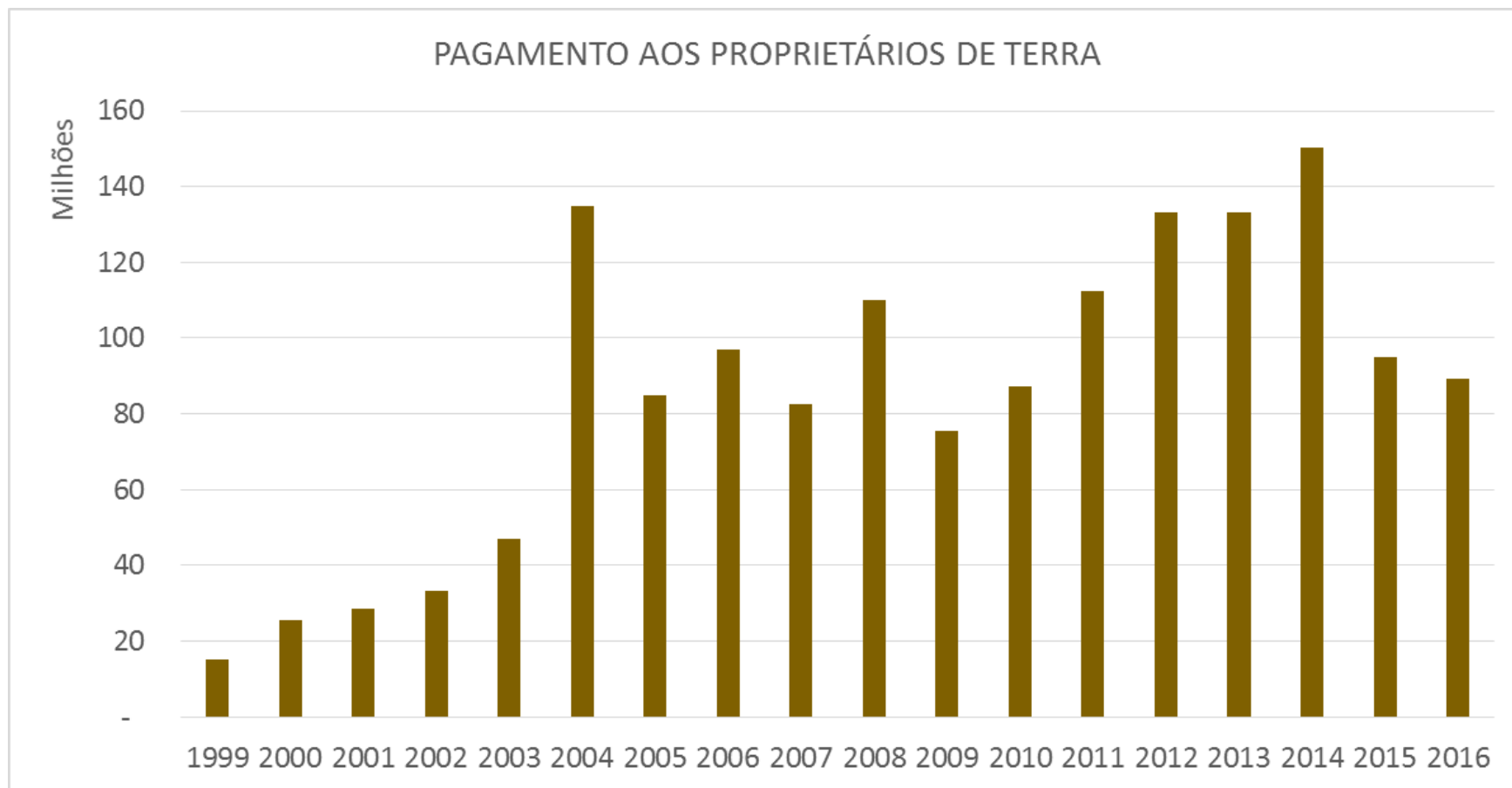
Considerações Finais

➤ **Lei nº 9.478/97, art. 52:**

- i. Apenas para lavra em terra.
- ii. 0,5 a 1,0% do valor da produção de petróleo e gás natural.
- iii. Portaria ANP 143/98: regulamenta os procedimentos de apuração e pagamento aos proprietários.

➤ **Contrato, Anexo V, item (d):**

- ❖ Pagamento aos Proprietários da Terra de participação equivalente a **1% da produção**.



Base legal

Bônus de Assinatura

Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área (“Aluguel de Área”)

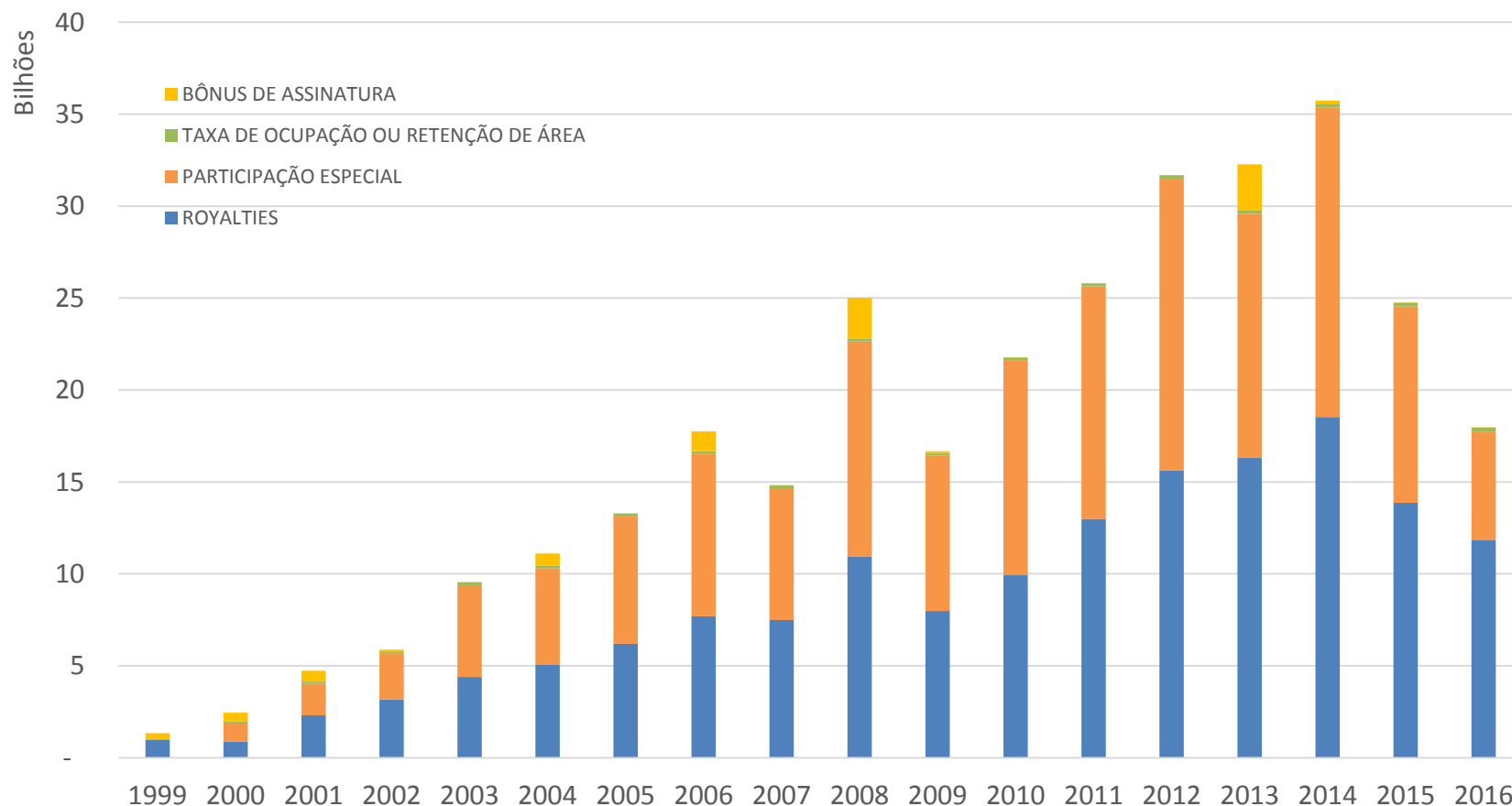
Royalties

Participação Especial (PE)

Pagamento aos Proprietários da Terra

Considerações Finais

Participações Governamentais Consolidadas

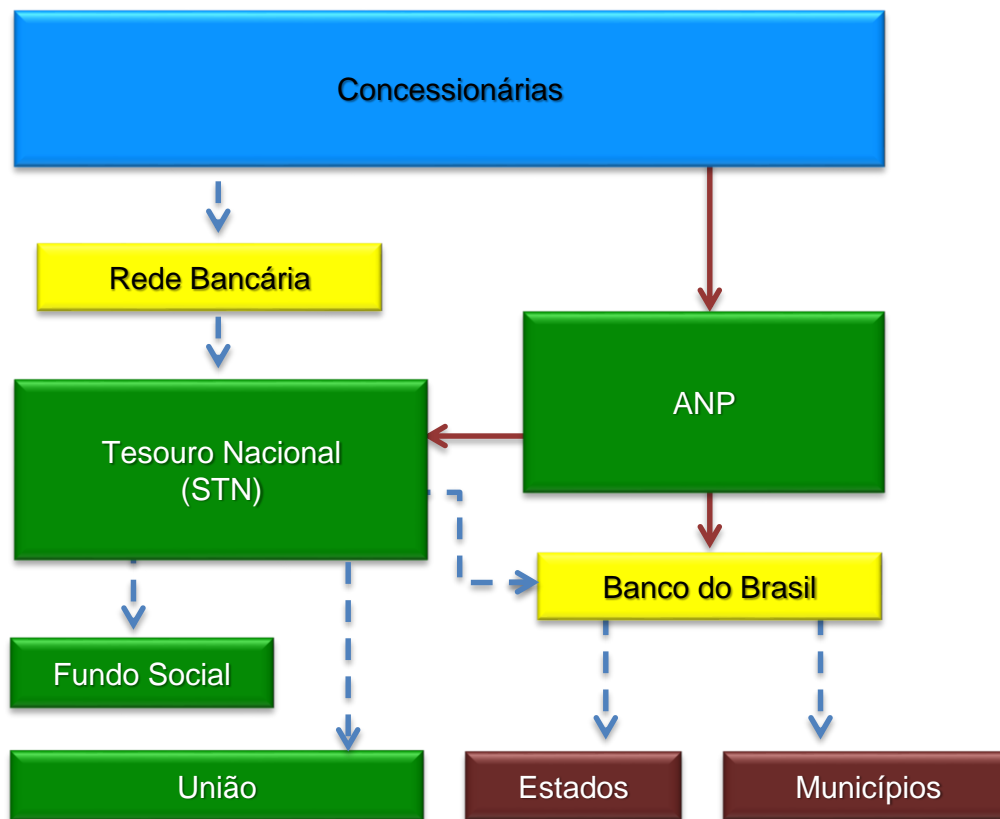


OBRIGAÇÕES E PRAZOS – TABELA RESUMO

OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR	PERIODICIDADE (i)	PRAZO PAGAMENTO (p)	PRAZO DOCUMENTO	RELATÓRIO	SISTEMA
Bônus de Assinatura	Oferta vencedora	Parcela única	-	-	-	-
Aluguel de Área	Assinatura do contrato	Anual	i + 15dc	p + 5du	-	-
Royalties	Produção	Mensal	i + 1m	p + 5du	DRY	i-SIGEP
Participação Especial	Produção	Trimestral	i + 1m	p + 5du	DAPE (008)	i-ENGINE
Pag. Proprietário de Terra	Produção	Mensal	i + 2m	p + 10du	Site ANP	-
Preço de Venda	Produção/Venda	Mensal	-	i + 15dc	PREÇO (036)	i-ENGINE
Boletim de Movimentação	Movimentação	Mensal	-	i + 15dc	MOV	i-SIGEP
Relatório de Gastos	Assinatura do contrato	Trimestral	-	i + 1m + 15du	Site ANP	-

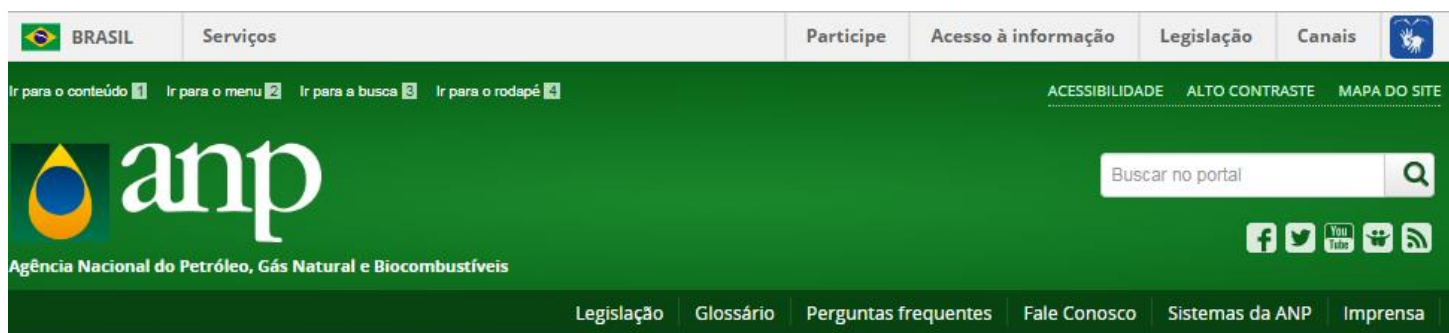
LEGENDA - i: período base; m: mês cheio; dc: dias corridos; du: dias úteis

Fluxo Financeiro/Documents



—> Fluxo Financeiro

—> Fluxo de Documentos



PÁGINA INICIAL

Royalties e outras
participações

Consultas e audiências
públicas

Fiscalização

Consumidor

ATUALIZAÇÃO

Exploração e
produção de óleo e
gás

Pesquisa,
desenvolvimento e
inovação

Produção de
derivados de



MUITO OBRIGADO!

Bruno Henrique Arena da Silva

Especialista em Regulação – Coordenador de Royalties

Superintendência de Participações Governamentais (SPG)

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Av. Rio Branco, 65 - 13º andar

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: +55 (21) 2112-8484

www.anp.gov.br

Brasil 14^a Rodada

Licitações de Petróleo e Gás



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis